



Suplemento - Conferência

BOLETIM INFORMATIVO. Edição Nº 64

Editor: UNAC | Tel.: 21 416016 / 82 300 1875 | Rua da Resistência Nº 1803 | Boletim Nº 64 | Outubro/ Dezembro | 2019

INTRODUÇÃO

Com o objectivo principal de dar seguimento às reflexões deixadas pelos camponeses e camponesas durante as Conferências Regionais Camponesas sobre Terra e Sementes, realizadas em 2018, e debater sobre questões de produção e produtividade dos camponeses e sobre o processo nacional de multiplicação de sementes locais, lançado em Junho de 2019; a UNAC-União Nacional de Camponeses, organizou e realizou, no mês de Dezembro, a Conferência Nacional sobre Terra e Sementes, sob o lema: “Por uma correcta implementação da Lei de Terras”.

Conforme sugerido, o encontro estava orientado para duas grandes questões: (i) Terra e (ii) Sementes.

Por outro lado, pretendia-se que este importante evento servisse de plataforma de actualização da posição de todos os camponeses e camponesas, a nível nacional, em relação ao Programa ProSavana, cujo dilema e os desafios de si resultantes, mobilizaram a solidariedade dos camponeses e camponesas e de algumas OSC-Organizações da Sociedade Civil, de todo o país, apesar deste abranger apenas as Províncias de Nampula, Zambézia e Niassa.

Em outro momento agenda da Conferência Nacional sobre



“Nós camponeses(as), reunidos em Conferência Nacional Camponesa sobre Terra e Sementes, denunciámos o açambarcamento e exigimos a correcta implementação da Lei de Terras”!

Terra e Sementes, vir-se-ia a debater a tendência da revisão da Política Nacional de Terra (PNT), que iniciou em 2018, nas Conferências Regionais Camponesas sobre Terra e Sementes. E por fim, a reflexão sobre o modelo produtivo.

Sobre a questão da Terra e da revisão da PNT, um dos aspectos que mais preocupavam a classe camponesa, era a entrada do país

num novo regime de governação e descentralização do poder político, tendo em conta a eleição dos governadores provinciais, e sabido que muitos conflitos estiveram parados nos últimos 5 anos, e imaginando-se que no novo ciclo de governação, novos cenários que propiciem conflitos iguais surjam, ademais, se se continuar, por exemplo, a privilegiar a atribuição, apenas, de DUAT's individuais.

UNAC: Produzindo comida, alimentando Moçambique, e empoderando os camponeses e as camponesas, para o aumento da produção, produtividade e acesso ao mercado!...

Camponeses Unidos,  na Luta Contra o SIDA

Conferência Nacional sobre Terra e Sementes



Companheira Ana Paula Tauacale, Presidente da UNAC, intervindo, num dos momentos da Conferência.

Organizado pela UNAC- União Nacional de Camponeses, e com a participação de sensivelmente 60 pessoas, entre líderes e colaboradores do movimento nacional de camponeses, decorreu, na Cidade de Nampula, entre os dias 10 e 11 de Dezembro de 2019, a Conferência Nacional sobre Terra e Sementes, no fim da qual emitiu-se a seguinte declaração:

<< Nós camponesas e camponeses filiados à UNAC- União Nacional de Camponeses, representando as Uniões Provinciais de Camponeses de todo o país, e a liderança nacional do Campesinato, reunimo-nos nos dias 10 e 11 de Dezembro de 2019, na Cidade de Nampula, com o objectivo de debater e analisar várias questões da dinâmica do campesinato em Moçambique, dentre as quais, o desempenho do Sector

Agrário, a Gestão e Governança da Terra, os Modelos de Desenvolvimento (como os casos do ProSavana, areias pesadas, linha ferroviária, OGM's), gestão de calamidades naturais, situação político-militar, e as alternativas camponesas.

Estiveram presentes cerca de 60 camponeses e camponesas, e a equipa técnica da UNAC, tendo-se reflectido profundamente sobre todas estas questões, e outras, e/ou levantadas constatações e deliberações nas seguintes áreas temáticas:

1. Desempenho do sector agrário

A única via sustentável de desenvolver o sector agrário em Moçambique é a aposta na Agricultura familiar/ Soberania Alimentar, o que por outras palavras significa, centralizar as atenções para os produtores

de alimentos e/ou as famílias camponesas, nas vertentes de:

1. Acesso, controle da terra e outros recursos naturais;
2. Políticas públicas de apoio à agricultura do sector familiar;
3. Comercialização e promoção de mercados locais; e
4. Agroecologia: Promovendo a agricultura orgânica.

Diferentemente do modelo agro-industrial, que demanda por tecnologias selectivas e distantes da capacidade dos camponeses e camponesas, mas sim, das dos “usurpadores da terra”, considerados os dominadores dos investimentos na área agrícola, com o alicerce de serem vistos como os que trazem eficiência e eficácia no processo de produção (rendimento/hectar).

Ou seja, que são vistos como sendo os capazes de alimentar o mundo, e tirar milhares de pessoas da fome (coisa que já provaram que não são capazes de fazer, mesmo desde os anos da famosa Revolução Verde que, pelo contrário, trouxe uma desgraça nas áreas verdes do Mundo).

2. Situação Político-Militar

Desde Setembro de 2019, dada a intensificação dos confrontos militares nalgumas zonas do país, e com maior incidência na zona centro, algumas famílias

Conferência Nacional sobre Terra e Sementes

moçambicanas, em particular as famílias camponesas, estão abandonando as suas zonas de origem, onde deixam as suas machambas e casas/aldeias, e refugiam-se para zonas consideradas seguras.

✍ Reiteramos, com base no espírito de irmandade, e na qualidade de seres humanos e bons servidores do povo, que “as partes” envolvidas parem com as hostilidades militares que o país vive actualmente, e reflitam sobre as consequências resultantes destas acções, com destaque para a perdas de vidas humanas, e de dignidade dos nossos irmãos e compatriotas.

✍ Exigimos a cessação do ambiente hostil que hoje se vive nas províncias do centro do país, concretamente em Manica, Sofala e Tete, assim como a situação assistida em Cabo Delgado, onde nossos irmãos e irmãs, companheiros e companheiras, são obrigados a abandonem as suas áreas de residência e produção, numa marcha interminável, à procura de zonas relativamente seguras.

3. Calamidades Naturais – Enxurradas/Cheias/Seca/Estiagem

O nosso país, nos últimos anos tem vivido cenários catastróficos, caracterizados por duas situações extremas, nomeadamente seca/



Demonstração de algumas das Sementes Nativas, que os camponeses conservam e usam.

estiagem e/ou cheias, e ambas, acompanhadas por pragas e défices no sistema de infra-estruturas agrícolas, o que deita por baixo todas as esperanças camponesas, relativamente aos resultados projectados nos seus planos de produção, campanha após campanha agrícola.

Ressalvando o pressuposto básico de que o bom desempenho da actividade agrícola é uma condição básica para a garantia da segurança alimentar das famílias moçambicanas, podemos interpretar, pela ocorrência das situações acima mencionadas, que Moçambique vive, permanentemente, um dilema de “atentado/ assalto” ao direito humano à alimentação – um direito digno e soberano para os cidadãos.

4. Recomendações

Reiteramos as nossas recomendações no seguinte:

✍ As políticas e programas públicos do sector agrário, tomem em conta os conhecimentos, saberes e experiências seculares, acumulados pelos camponeses e camponesas, no trabalho da terra.

✍ A Soberania Alimentar seja o modelo privilegiado e norteador, no desenho e implementação de políticas públicas do sector agrário, uma vez provado que este (modelo) é a verdadeira alternativa, e a mais viável e sustentável, no incremento da produção de comida, para além de ser amigo do ambiente. Adoptando o modelo da Soberania Alimentar, estaremos a



Parte dos participantes, em momento de descontração.

garantir um direito humano básico.

✍ Sendo os camponeses e as camponesas guardiões da vida, da natureza e do planeta, a UNAC como movimento de camponeses do sector familiar, propõe modelos de produção baseados nos fundamentos camponeses, que tomam em conta o respeito e a conservação dos solos, o uso de tecnologias localmente adaptadas, apropriadas e adaptáveis, e uma extensão rural participativa, inclusiva e interactiva.

✍ A agricultura camponesa é o pilar da economia local, contribui para manter e aumentar o emprego rural, e permite a sobrevivência das comunidades rurais e urbanas. Permite também que as colectividades reforcem a sua própria cultura e identidade. Neste modelo alternativo, as

políticas de desenvolvimento devem ser social, económica e ambientalmente sustentáveis, e enquadradas aos desafios e demandas reais dos povos.

✍ Se é para se investir em qualquer iniciativa agrária em Moçambique, esses investimentos que sejam feitos prioritariamente para desenvolver a agricultura e a economia camponesas, que nós, membros da UNAC, sabemos que é a única agricultura capaz de criar empregos dignificantes e duradouros, conter o êxodo rural, produzir alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para toda a nação moçambicana, e assim, favorecer o caminho para atingirmos a nossa **Soberania Alimentar** e eliminarmos a pobreza.

✍ Contrariamente ao modelo de agricultura industrial (como o ProSavana) sufocador e que tem como base

característica a exclusão das famílias camponesas e comunidades no seu processo de implementação e beneficiação, a UNAC recomenda, categoricamente, uma aposta na agricultura camponesa e no modelo de produção agroecológica, que se assenta na Soberania Alimentar, como alternativa para o desenvolvimento do sector agrário em Moçambique, modelo este que considera todos os aspectos ligados à promoção de mercados locais, sustentabilidade, biodiversidade, e que na sua prática é amigo da natureza.

✍ Recomendamos que se valorize a nossa semente, fonte da vida, que foi transmitida de gerações a gerações, até aos dias de hoje; e que se rejeite, portanto, as variedades de sementes que colocam os camponeses e os solos numa situação de dependência.

✍ Na sequência, repudiamos a introdução de Sementes Geneticamente Modificadas (OGM's), como alternativa sob a capa de garante da segurança alimentar, pois, esta tecnologia periga sobremaneira a sanidade humana e a biodiversidade, para além de amarrar os camponeses a pacotes tecnológicos insustentáveis e inimigos do ambiente.

✍ A conquista da terra custou a vida de vários moçambicanos/as. Que esse custo faça parte da equação do

desenvolvimento, ou seja, que a terra sirva aos interesses dos moçambicanos, e que produza riqueza para o seu próprio povo.

Enquanto camponeses e camponesas nos comprometemos em:

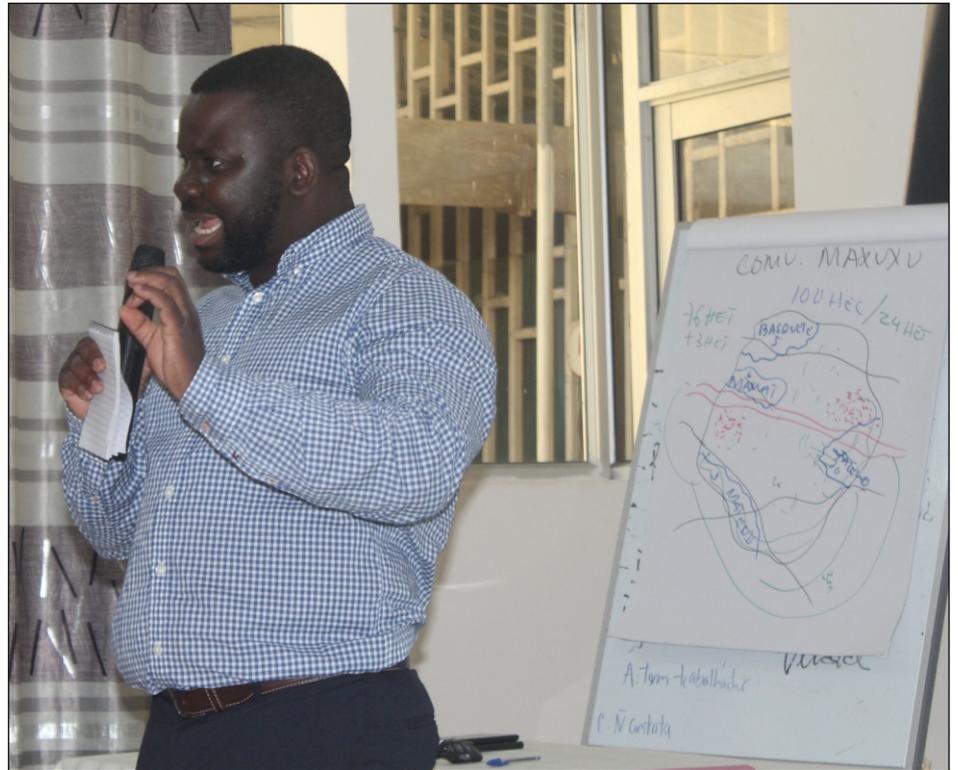
✍ Continuarmos firmes na mobilização de todos os camponeses e camponesas, para um maior incremento da produção e da produtividade agrícola, com base na agricultura familiar e camponesa.

✍ Engajarmo-nos activamente na luta pela defesa dos interesses e direitos dos camponeses, na participação no desenho, implementação, monitoria e avaliação de programas e políticas públicas de desenvolvimento nacional.

✍ Elevarmos os nossos níveis de auto-organização a nível nacional, com maior envolvimento dos homens, mulheres e jovens, no alcance da nossa tão almejada Soberania Alimentar.

✍ Cuidarmos escrupulosamente dos recursos naturais que herdamos dos nossos antepassados (terra, água, florestas, fauna, sementes), com base nos conhecimentos que também deles herdamos, e que queremos testemunhar a sua passagem para as próximas gerações, tal e qual os herdamos.

✍ Promovermos espaços de



Um convidado à Conferência, usando da palavra, num dos momentos do evento.

diálogo e intercâmbio entre camponeses e camponesas, incluindo outros actores da sociedade, com vista a capacitarmo-nos como famílias camponesas.

✍ Continuamos firmes no repúdio às iniciativas de programas que demandam por enormes porções/ milhares ou milhões de hectares de Terra, para exploração agrícola, como o caso da proposta do ProSavana, para o Corredor de Nacala, sabido que a realidade local e actual apresenta a inexistência dessas quantidades de terra, se tomarmos em conta as práticas de pousio, secularmente usadas pelos camponeses.

Nampula, aos 11 de Dezembro de 2019>>

Preâmbulo

A UNAC-União Nacional de Camponeses, é um movimento nacional de camponeses,

Suplemento

fundado em 1987, com o objectivo fundamental de defender os interesses e os direitos dos camponeses, em Moçambique. As organizações membros (Unões Provinciais de Camponeses - UPC's, Unões Distritais de Camponeses – UDC's e Associações de Camponeses), representam a espinha dorsal que torna o movimento visível e actuante, em diferentes pontos do país, que constituem os espaços físicos de concertação, diálogo e lutas dos camponeses e camponesas, no seu quotidiano.

Depois de realizadas VI Conferências Internacionais, as Conferências Triangulares, as Conferências Regionais (Norte, Centro e Sul), em 2018, desta vez a UNAC realizou a Conferência Nacional sobre Terra e Sementes, com o objectivo de dar seguimento às reflexões



Momento de Mística, na Conferência Nacional sobre Terra e Sementes.

deixadas pelos camponeses e camponesas durante, principalmente, as Conferências Regionais sobre Terra e Sementes; actualizar a posição da UNAC em relação ao ProSavana e reflectir sobre outros desafios candentes do movimento, como por exemplo, debater sobre questões de produção e produtividade dos camponeses, e sobre o processo nacional de resgate, multiplicação e conservação de sementes locais.

Por outro lado, pretendia-se que este importante evento, servisse de plataforma de actualização, em relação ao programa ProSavana, tendo em conta os últimos desenvolvimentos; e concertar ideias, com vista ao futuro.

Objectivos específicos

✍ Actualizar e partilhar a

tendência do processo de revisão da PNT-Política Nacional de Terras, tendo como pano de fundo as discussões havidas nas Conferências Regionais sobre Terra e Sementes;

✍ Discutir, numa perspectiva nacional, sobre os grandes desafios da UNAC, no que diz respeito à produção e produtividade.

Seguimento das CRTS's

Conforme mencionado, a UNAC realizou em Novembro de 2018, CRTS's-Conferências Regionais Camponesas sobre Terra e Sementes, nomeadamente, nas Províncias de Nampula, Manica e Inhambane. Os eventos tinham como objectivo: Auscultar e harmonizar o posicionamento dos camponeses sobre a radiografia da implementação da Lei de Terras e a revisão da Política Nacional de Terra

(PNT), lançada pelo governo, durante a realização da IX Sessão do Fórum de Consulta sobre a Terra.

Uma das principais constatações durante as conferências regionais, foi o incumprimento da Lei de Terras 19/97, cuja elaboração resultou de um processo amplo e multisectorial (não divulgação da lei, consultas comunitárias mal ou não feitas, total falta de transparência, propositada, nos processos, grandes dificuldades no acesso aos DUAT's, etc).

Os camponeses e camponesas membros da UNAC, comprometeram-se, então, em promover sessões de auto sensibilização sobre a Lei de Terras e as suas estratégias de implementação, organizar-se para participar activamente e de forma esclarecida nos processos de consulta comunitária e usar a Terra com a devida responsabilidade, produzindo a comida para alimentar o povo moçambicano e a economia nacional.

Contexto das CRTS's/CNTS

Volvidos sensivelmente 20 anos desde que a Assembleia da República aprovou a actual Lei de Terras (Lei nº 19/97, de 1 de Outubro), dois sentimentos concorrentes sobre a mencionada legislação perduram: (i) o de que a Lei de Terras moçambicana é das melhores do mundo, e (ii) o de que a sua implementação,

todavia, é das piores, a avaliar pelas sistemáticas violações dos direitos de seu uso e aproveitamento, com consequências directas no desempenho e na sobrevivência dos que têm na terra, a sua vida e o seu futuro, - os camponeses.

Como anteriormente mencionado, as Conferências Regionais Camponesas sobre Terra e Sementes, surgiram como resposta ao processo de revisão da PNT-Política Nacional de Terras, lançado nos dias 8 e 9 de Novembro 2017, pelo Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi, no decurso da IX Sessão do Fórum de Consulta sobre a Terra; e visavam, como também mencionado, preparar a participação camponesa, no processo, com vista à salvaguarda dos direitos adquiridos, no âmbito da legislação vigente.

Com efeito, se por um lado os camponeses concordam que o *pecado* da legislação vigente está na forma incorrecta como a Lei de Terras é implementada, por outro, exigem que a ter mesmo que ser revista, lhes sejam indicados os artigos a rever, com vista ao seu envolvimento no processo.

ProSavana - últimos avanços

Em Abril de 2018, o então Ministro da Agricultura, Senhor Higino Marrule, reuniu-se, em Maputo, com OSC's-Organizações da Sociedade Civil, com o



“Não queremos famílias moçambicanas sem terra” - dizem os camponeses.

objectivo de restabelecer o diálogo entre as partes (governo [MASA-Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar] e as OSC nacionais envolvidas no assunto), tendo em conta as reivindicações levantadas no passado, por estas últimas, que exigiam a revisão e finalização do Plano Director do ProSavana. Tratou-se de uma reunião meramente informativa; e a UNAC-Sede e as UPC's de Nampula e Niassa participaram da reunião.

Condenação do MASA

Devido a um processo submetido em 2017, pela Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM), o MASA (Gabinete de Coordenação do Prosavana) foi condenado pelo Tribunal Administrativo da Cidade de Maputo, a disponibilizar ao público, em geral, as informações de interesse público sobre o ProSavana (organização,

funcionamento e decisões possíveis de interferir na esfera de direitos e liberdades dos cidadãos, em relação à terra, segurança alimentar e nutricional das comunidades abrangidas pelo mesmo - Prosavana).

Seminário de Reflexão

Nos dias 14 e 15 de Novembro de 2018, realizou-se um Seminário de Reflexão sobre o ProSavana, em Gurué, na Província da Zambézia. O evento foi organizado pelas Plataformas da Sociedade Civil das Províncias de Nampula, Niassa e Zambézia, das quais as UPC's das referidas províncias são membros e participaram da reunião.

No encontro, as UPC's submeteram o seu posicionamento, no qual, em suma, sublinhavam que não estavam em condições, por enquanto, de definir a sua



Participantes da Conferência, cantando e dançando.

efectiva posição, naquele mecanismo; e que logo depois, haveria uma concertação interna, a nível do movimento, sobre o assunto.

Entretanto, a mencionada concertação dependeria dos resultados referidos nos pontos em que as UPC's denunciam a realização de acções descoordenadas entre o Mecanismo da Sociedade Civil para o ProSavana; e exigem que o programa seja concebido com perspectivas de que o camponês é o epicentro e implementador do mesmo (Programa), uma vez que se sente que existe um completo abandono, da parte de quem de direito, quando se trata de programas de desenvolvimento agrícola.

As UPC's exigiam, também, que fossem/ sejam considerados os aspectos levantados na Carta Aberta,

emitida pela UNAC e outras OSC's, aos governos de Moçambique, Brasil e Japão (Terra, Direitos Humanos, etc.), como ponto de partida para a discussão e construção de um processo de desenvolvimento.

No entanto, esta posição assumida e entregue por escrito, não foi assumida pelo secretariado do evento, tanto é que no Comunicado de Imprensa que se divulgou sobre o resultado do encontro, se afirma, por exemplo, que “se criará um mecanismo em que as plataformas provinciais serão responsáveis em coordenar o processo de elaboração do Plano Director, no geral, e as UPC's seriam responsáveis em liderar as consultas comunitárias”.

Comunicado da UNAC

No mês de Janeiro de 2019, a UNAC publicou um

Comunicado de Imprensa, em que manifestava o seu distanciamento em relação ao conteúdo do Comunicado de Imprensa emitido pelas Plataformas da Sociedade Civil das Províncias de Nampula, Zambézia e Niassa, publicado no mês de Novembro de 2018.

No documento, a UNAC refuta totalmente os compromissos contidos no Comunicado publicado pelas Plataformas em causa, os quais são considerados como sendo da anuência das UPC's que participaram da reunião.

Encontro do Mecanismo

O encontro teve lugar em Nampula, nos dias 29 e 30 de Janeiro de 2019, envolvendo as Plataformas e Fóruns Provinciais de Nampula, Niassa e Zambézia, e a equipa técnica do então MASA-Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, com o principal objectivo de “elaborar a proposta da abordagem metodológica para o processo de auscultação pública e consultas comunitárias, dos níveis central, provincial, distrital e local, considerando os diferentes contextos e os papéis das UPC's e da UNAC como um todo”.

Neste encontro, as UPC's não participaram devido ao ocorrido na reunião de Gurué, e por orientação/ aconselhamento da UNAC-Sede.